

D. João de Castro (1550 ?-1628 ?) – um "resistente" que se tornou profeta

«Não quero oferecer de mi grandes façanhas, gabos, e louvores pois nada disso tenho. Somente quero deixar em memoria a pouquidade de minha pessoa, e de minha fortuna, com a pouca valia minha. (...) Como eu não sou Rey, Principe, Senhor, grande, poderoso, rico, affamado, ou dalgũa maneira conhecido quem se ha de lembrar de mi. (...) Portanto determino de ser eu mesmo meu historiador de minha vergonha e mofinas»¹.

São estas as palavras iniciais do livro quinto do *Tratado dos Portugueses de Veneza*, em que D. João de Castro, doente e sentindo-se desfalecer, fala de si e da vida atribulada que tivera.²

Por parte do pai ascendia de uma família ilustre: era neto de D. João de Castro, o 13º vice-rei da Índia, e filho natural de Álvaro de Castro³ que depois de uma brilhante carreira militar no Oriente desempenhara várias missões diplomáticas, atingindo, no reinado de D. Sebastião⁴, cargos de muito prestígio, como os embaixador em Roma, Vedor da Fazenda e membro do Conselho de Estado. A referência orgulhosa a esta ascendência ilustre contrasta claramente com a complexada bastardia que tenta encobrir: «De minha may não faço mençam porque nunca soube, nem quis saber quem foy, nam por me desprezar della, contra a ordenaçam de Deus: mas por entender que me não convinha dar-me por achado dessa parte se não da de meu pay, pera fazer o que devia»⁵.

¹ D. J. de CASTRO, *Tratado dos Portugueses de Veneza ou ternario. Senario, e Novenario dos Portugueses, que em Veneza solicitarão a liberdade del Rey D. Sebastião*, B.N.L., Cód. 4388, 423.

² Este livro quinto foi escrito cerca de 18 anos antes, quando escreveu a *Aurora*, portanto em 1604-1605. Conta que, na altura, ficou doente, e vendo que podia morrer «sem ter escrito nada sobre si resolveu escrever o capitulo vinte e hü della», mas quando fez o *Tratado dos Portugueses de Veneza* pareceu-lhe bem transferi-lo para esta obra, D. João de CASTRO, *Tratado dos Portugueses...*, 424 r.-424 v.

³ «Basta saber que pelos Castros ele provinha do Condestável D. Álvaro Pires de Castro, Conde de Arraiolos e irmão da linda Inês...», M. de ALBUQUERQUE, *O valor politológico do Sebastianismo*, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, VIII, Paris, 1974, 274.

⁴ D. J. de CASTRO, *Tratado dos Portugueses...*, ed. cit., 434v.

⁵ D. J. de CASTRO, *Tratado dos Portugueses...*, ed. cit., 435.; A este respeito Aníbal Pinto de Castro diz que D. João de Castro se achava «profundamente marcado por estigmas de bastardia, que muito fariam sofrer a sua heráldica arrogância, e que uma capciosa desculpa mal conseguia

Como ele próprio declara, teria nascido por volta de 1550 e fora criado em Lisboa pela avó paterna, D. Lionor Coutinho, desde os 8 até aos 13 ou 14 anos⁶, idade com que ingressou no mosteiro de nossa Senhora da Penha Longa, perto de Sintra, onde esteve cerca de 4 anos.

Confessa-nos que, desde essa altura, desejava muito cursar em alguma Universidade, e é com esse intento que resolve fugir do mosteiro com um jovem da sua idade – um Manuel Carreira, que estava no convento por ser filho do mestre-de-obras do Cardeal D. Henrique – para se irem matricular em Salamanca. « Fugimos hũa noyte do dito mosteyro em o principio do verão do anno de sessenta e sete, (...) Nam se espantem de quam mal guiados hyamos que avendo de ir pera Salamanca, tomamos pera Allem-tejo. Porque como não fiamos nosso segredo de ninguém e eramos dous moços sem sabermos nada do mundo: hyamos como dous passarinhos, saídos das gayollas, voando pori»⁷. O desfecho desse percurso acidental – que D. João de Castro, mais tarde, interpretará como obra do Espírito Santo – foi a cidade de Évora, onde, durante algum tempo, viveu numa situação de penúria, vendo-se obrigado a pedir esmola e a trabalhar nas vindimas. Foi providencial o encontro com um religioso de Penha-Longa, chamado Frei Luís de Lisboa, que o recomendou a um João Mendes de Mendonça, Morgado da Oliveira, e a D. Beatriz de Vilhena sua esposa, por intermédio dos quais conseguiu protecção do Cardeal D. Henrique, que o mandou inscrever entre os colegiais que patrocinava.

Durante os 11 anos que viveu naquele cidade, «necessitado e desemparado»⁸ – apesar de, com o patrocínio do Cardeal e a ajuda de outras pessoas, não sabemos se parentes por via paterna, a sua situação económica ter melhorado⁹ –, conseguiu obter os graus de Bacharel e de Mestre em artes, e

encobrir». Cf. Aníbal Pinto de CASTRO, *Introdução a Discurso da Vida do Rey Dom Sebastiam*, reprodução fac-similada da ed. de 1603 [errata por 1602], importante edição do *Discurso da vida do sempre bem vindo, et apparecido Rey Dom Sebastiam nosso senhor o Encuberto des do seu naçimẽto tee o presente*, Paris, 1994, 2.

⁶ «Sendo de oyto annos pouco mais ou menos (entendendo a cautela com que sempre irefallando na minha idade, por não saber de certo, ao tempo que isto escrevi, o anno em que naçi: inda que me parece que foy no de cincoenta, ou ao redor delle) fuy tirado do poder de minha ama e levado pera casa da Senhora Dona Lianor Coutinho, minha Avoo, molher que foy do Senhor Dom Joam de Castro, governador, e viserrey da India, o primeiro do nome. Nela me criei te idade dealgũs trese ou quatorze annos, em a cidade de Lisboa». (D. J. de CASTRO, *Tratado dos Portugueses...*, ed. cit., 435 r. – 435 v.)

⁷ D. J. CASTRO, *Tratado dos Portugueses...*, ed. cit., 437 r.- 437 v.

⁸ «...vivia eu ... tam necessitado, e tam desabrigado: que me estive muytas vezes pera deixar o estudo, e ir provar fortuna pello mundo. » Cf. D. J. de CASTRO, *Tratado dos Portugueses de ...* ed. cit., 449 v.

⁹ «...o Cardeal (...) me deu hũ beneficio simples em Sam Giam da Silva, termo de Valença do Minho, a que la chamam Abbadia sem Cura: e juntamente hũa Conezia na Igreja Collegiada da dita Villa, que por ser cousa muyto pouca, não tomei posse della (...) Tambem Dom Joam de Castro.

cursar, durante 3 anos, Teologia. Estes anos de trabalho e carestia, foram, seguramente, essenciais, para a formação do carácter e da personalidade cultural e intelectual de D. João de Castro. De facto, uma vertente do autor da *Paráfrase* – para além de uma vasta e sólida cultura – foi a sua capacidade de suportar e superar necessidades e atribuições...

Não obstante os esforços da Companhia, principalmente do célebre Luís de Molina «Lente de Prima de Theologia, tam grande letrado como religioso» – como refere –, não quis ficar em Évora. Mais tarde confessará uma enorme gratidão para com os padres da Companhia, mas, naquela altura, sentia um «fastio do estudo»... Conta-nos que tinha o desejo de se tornar «secretamente cartuxo em Castela»¹⁰, mas porque ficou doente, não conseguiu realizar esse intento, e decidiu ir para Lisboa onde chega, em Agosto, simultaneamente com as novas do desastre de África. Depois de ficar durante um ano – até ao verão de 1579 – em casa dos irmãos que tinham ido com o Rei D. Sebastião¹¹, foi para a abadia de que era titular no Minho.

No ano de oitenta, na altura em que pensava concretizar a vontade antiga de se tornar cartuxo, começaram a chegar a Portugal as notícias de que o rei de Castela «vinha com grande exercito para se fazer Senhor de Portugal». Embora as armas não fossem sua profissão e tivesse que preterir os seus particulares projectos, determinou, de uma forma entusiasmada, unir-se às forças de D. António que se tentavam opor às pretensões castelhanas. Para o jovem João de Castro, esta seria uma ocasião nobre para concretizar os escondidos anseios bélicos que desde cedo alimentava. Ele próprio declara: «... Depois que andei nos estudos ascenderam-se-me tanto os <desejos> de guerra com as historias dos romanos, e das outras nações, e em especial com os feytos e armas dos nossos portugueses: que deixava muytas vezes de estudar por me por a cuydar <nella>, fingindo mil venturas vans de imaginações»¹².

Capellam Mor d'El Rey Dom Sebastiam, me ouve hũa pensam de cincoenta cruzados, em hũa Igreja da sua apresentação, negociados por Dom Fernando de Castro seu sobrinho, e meucondiscipulo nas Artes» – D. João de CASTRO, *Tratado dos Portugueses de ...*, ed. cit., 452 r.; 452 v.

¹⁰ D. J. de CASTRO, *Tratado dos Portugueses de ...*, ed. cit., 455 r.

¹¹ Pelo que nos diz D. João de Castro, teriam participado na Batalha de Alcácer-Quibir os seus três irmãos mais velhos: D. João e D. Luís – falecidos em combate – e D. Manuel – «...dous dos quaes morreram na batalha, escapando o mais novo, que depois se resgatou, soçedendo na casa de meu pay. Dos quaes, e de Dom Fernando de Castro seu irmão mais moço, e da Condessa de Mira suairmã, recebi sempre muytas honrras, e obras dinas delles.». D. João de CASTRO, *Tratado dos Portugueses de ...*, ed. cit., 460 r.; Provavelmente, será a D. Manuel de Castro, o irmão sobrevivente da batalha de Alcácer-Quibir, que D. João de Castro, em 1601, vindo de Paris, pedirá ajuda para a «obra de D. Sebastião» - Cfr. João de CASTRO, *Tratado dos Portugueses de ...*, ed. cit., 336 r.; Sobre a família Castro, Cf. Felgueiras GAYO, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, vol. 11, Braga, 1939, 61, parágrafo 36.

¹² D. João de CASTRO, *Tratado dos Portugueses de ...*, ed. cit., 462 v.; 464 r.

É com este estado de espírito que faz parte das tropas, improvisadas e mal comandadas, de D. António, que a 25 de Agosto, no vale de Alcântara tentam fazer frente ao numeroso e bem armado exército filipino. O desaire, e talvez a humilhante experiência da fuga, instigaram os seus sentimentos patrióticos. Diz-nos D. João de Castro: «... de tal modo se me pegou o partido da Pátria: que determinei de morrer, e acabar nelle». Por isso segue a causa de D. António, exilando-se com ele em França, participando na expedição comandada pelo General Filipe Strozzi, e, mais tarde, na que coordenou o Comendador de Chaste à ilha Terceira¹³ – onde esteve como coronel –¹⁴, buscando-o de novo em França depois da vitória dos Castelhanos¹⁵. Pensamos propositado e sintomático o facto de D. João de Castro referir que tomou o partido da Pátria e não o da pessoa. De facto, cedo se apercebeu da incapacidade do Prior do Crato para realizar tão grande designo: «... cada vez muyto mais por obra da experiência, hia cada dia ponderando as cousas, e medindo as obras do Senhor dom Antonio com tamanha machina como era a restauração daquelle Reyno. Da qual ponderação vim a perder todas as esperanças do que mais desejava, e porque em vão me tinha tantas vezes com tanto gosto arriscado: pois o dito Senhor de quem ellas dependiam, hia degenerando cada vez no valor, guoverno, e costumes dos gloriosos Reys de Portugal »¹⁶. Mais do que do desequilíbrio de forças, o desânimo de João de Castro, advinha, essencialmente, da postura, do temperamento e ingratidão do Prior do Crato: «...não ouve fidalgo, cavaleiro, nem criado seu, que não fosse delle ingrattissimamente tratado... Demaneira que não se lerá em todas as historias de Portugal, de Senhor descendente de sangue real, tam ingrato como o Senhor Dom Antonio. Mas que digo? Nê em todas as estrangeiras de Principes prosperos e perdidos algum ingrattissimo como elle»¹⁷.

¹³ A nova realza de Filipe II foi mal recebida nos Açores. A ilha Terceira tornar-se-á o último baluarte das forças de D. António. A primeira tentativa de socorrer aquela ilha foi através de uma armada – derrotada em 26 de Julho de 1582 – preparada em França e comandada por Filipe Strozzi. No ano seguinte a expedição do Comendador de Chaste verá defraudados os mesmos objectivos – Cf. Joaquim Veríssimo SERRÃO, *O Reinado de D. António Prior do Crato*, volume I, Coimbra, 1956, 395; 422.

¹⁴ Um dos motivos do posterior conflito entre D. João de Castro e D. António foi a pouca confiança, e até suspeita, que este terá revelado em relação aos seus serviços. Pedro de Frias corrobora o exposto por D. João de Castro: conta que D. António o nomeara como coronel para a ilha Terceira por sugestão do Governador Ciprião de Figueiredo. O pretendente teria mostrado vontade de enviar juntamente D. Manuel, o seu filho mais velho – Cf. Pedro de FRIAS, *Crónica del-Rei D. António*, Coimbra, 1955, 252.

¹⁵ Pedro de Frias refere-se a D. João de Castro como «muito esforçado cavaleiro» que, com uma postura honrosa e heróica, actuou sempre segundo os interesses de D. António – Cf. Pedro de FRIAS, *Crónica...* ed. cit, 263; 287.

¹⁶ D. João de CASTRO, *Discurso a El Rey Dom Sebastian*, B.N.L., Cód. 4389, 3.

¹⁷ D. João de CASTRO, *Discurso da vida...*, ed. cit., 45 r.- 45 v.

É com o intuito de abandonar esta causa que, no ano de 1586, vai a Inglaterra, e, diante de todo o Conselho¹⁸, pede ordem para se retirar. D. António, depois de lhe dar uma resposta afirmativa, retelo-á, caprichosamente, na versão de D. João de Castro, durante uma ano, não respeitando a sua vontade¹⁹.

É este dilema resultante da ideia de Portugal oprimido, e da notória incapacidade e indignos procedimentos do pretendente D. António –, que leva o espírito vigoroso de João de Castro a congeminar soluções mais idealistas: «cuydava muytas vezes sobre o remédio; achandoho tam impossivel, que me faltava a fantasia noutra impossibilidade mayor, como era desejar que resuscitasse Deos a El Rey Dom Sebastiam. E dizia eu comigo: que se elle em minha mão me posera, poder resuscitar hũ morto: nenhũ outro resuscitara que o dito Rey»²⁰.

No ano seguinte – 1587 –, em Paris – depois de, nos inícios de Maio, ter deixado Inglaterra, com D. António de Meneses, contra a vontade do Prior do Crato –, despertou-lhe o gosto por algumas profecias e revelações que, à medida que as ia interpretando, lhe foram tornando clara uma ideia: D. Sebastião estava vivo e haveria de aparecer...²¹.

No *Tratado dos Portugueses de Veneza*, escrito sensivelmente 18 anos mais tarde, D. João de Castro é bem mais claro, revelando-nos que a «ideia sebastianista», naquela circunstância, não passava de um estratagemma para levar a cabo uma diligência política: «...determinei fazer hũ bom serviço a Portugal, avendo quem o quisesse. Pera secreto effeito do qual, traçei comigo so, de fazer ... El Rey Sebastiam Vivo, com que encobrisse o que queria cometer»²². Parece-nos esta uma referência fulcral: a esperança na vinda de D. Sebastião é, nesta fase, uma ideia ancilar, laborada para encobrir as verdadeiras pretensões, ou seja, a desvalorização completa dos sonhos e da pessoa de D. António.

Estamos, portanto, inicialmente, perante um D. João de Castro tão indevoto das capacidades do pretendente como da vinda do rei português desaparecido em Alcácer-Quibir. Progressivamente, ao imbuir-se nos textos que lhe serviriam de suporte argumentativo – as profecias, os «juízos dos

¹⁸ O Conselho do Prior do Crato era constituído por Diogo Botelho, D. António de Meneses, António de Brito Pimentel, Ciprião de Figueiredo Vasconcelos e D. João de Castro.

¹⁹ D. António pedirá a Ciprião de Figueiredo para convencer D. João de Castro a ficar até que Francisco Draque viesse das Índias - prazo que mais tarde não cumprirá.

²⁰ D. João de CASTRO, *Tratado dos Portugueses de ...*, ed. cit., 465 v.

²¹ D. João de CASTRO, *Discurso da vida...*, ed. cit., 46 r.

²² D. João de CASTRO, *Tratado dos Portugueses de ...*, ed. cit., 467 r.; 467 v. ; «Eu posto que do anno de oytenta e sete, começei a annunciar muytas cousas por vir, assi as D'El Rey Dom Sebastiam, como outras. Nam as disse, nem digo, por ser Propheta: porque não o sou, nem tenho dom de profeçia. Mas tenho fallado, e fallo, pollo que entendo dellas... por estarem clarissimas ao parecer de fora...» - D. João de CASTRO, *Tratado dos Portugueses de ...*, ed. cit., 537 v.

astrólogos», «alguns ditados indiferentes»²³ – foi-se autoconvencendo da legitimidade e veracidade dessa esperança, e compreende tudo aquilo como uma estratégia divina para o conduzir à verdade... «O que me moveu a ter esta opinião: foy ver as muytas, e diversas profeçias, que fallavam de hũ principe futuro, que avia de ser conquistador do mundo, dando delle, e do tempo em que o avia de aver, particularissimos, e notabillissimos sinaes. Os quaes todos via eu convirem somente a El Rey Dom Sebastiam, e serem proprios delle, e dos tempos em que estavamos, no ultimo ou quarto modo, como fallam os logicos. Pollo qual fundamento estava humanamente tam firme, e crente nisto: que nam era em minha mão poder dizer o contrario.»²⁴

Destas referências podemos ainda extrair outra ilação: na mente do próprio D. João de Castro, assim como na de muitos dos seus contemporâneos, era clara a relação entre profetismo e propaganda política. De facto, já então, era antigo o aproveitamento propagandístico da literatura profética²⁵. São cristalinas as palavras do autor de *Aurora*: «Ora Deos, como infinita Sapiençia, do fim que eu tinha para emlear: tinha elle determinado de se servir, pera meo de renovar a memoria, e verdade do dito Rey, e mostrar como era vivo, e que avia de apparecer. E assi o fez suavissimamente. Porque revolvendo eu curiosidades pera o meu intento: elle executou o seu, abrindome os olhos de maneira, que nenhũa cousa me parecia mais clara, nem mais çerta, que ser El Rey Nosso Senhor Vivo, e aver de apparecer»²⁶ – foi este volver bibliográfico uma espécie de estrada de Damasco para D. João de Castro...

Parece-nos, de facto, feliz a expressão de que D. João de Castro foi o «S. Paulo da religião sebastianista»²⁷, não só por alguma analogia no «processo de conversão», mas também porque, a partir desse momento, vai levar a cabo uma persistente e dolorosa «missão apostólica»²⁸. Não se nos afigura, no

²³ «...algüs ditados indifferentes, que eu pretendia troçer, provando com elles ser El Rey Dom Sebastiam vivo: e com a opinião, e apparencias que disso ouve desda batalha de Africa: com o que embarçasse no princípio os juizos dos homêes, em quanto se levedava o fundamento secreto» . D. João de CASTRO, *Tratado dos Portugueses de ...*, ed. cit., 467 v.; 468 r.

²⁴ D. João de CASTRO, *Tratado dos Portugueses de...*, ed. cit., 503 r.

²⁵ Paola GUERRINI, *Propaganda Política e Profezie Figurate nel Tardo Medioevo*, Napoli, 1997. No esclarecedor prefácio do Professor Roberto Rusconi é feita uma espécie de biografia do género literário profético, em que se refere o Império Bizantino como um momento de particular desenvolvimento de tal literatura.

²⁶ D. João de CASTRO, *Tratado dos Portugueses de ...*, ed. cit., 468 r.

²⁷ J. Lúcio de AZEVEDO, *A Evolução do Sebastianismo*, Lisboa, 1984, 30

²⁸ «Vendo eu o grande thesouro em que tinha dado, corroborado com algüas authoridades que tinha descobertas nos livros: dei parte a Dom Antonio de Meneses: e aos companheiros: Os quaes admirados de nova nam pensada, começaram de alvoraçar, dando ouvidos a ella ate que a creram de todo, vendo as profeçias clarissimas que a afirmavam. Começamola apregoar em Paris por

entanto, como refere o autor de *A Evolução do Sebastianismo*, que « uma súbita inspiração » o tenha impelido a campo naturalmente oposto àquele em que batalhara até aí, mas que uma crença fingida, subsidiária, se transformou em fê vital que, no entanto levou ao fim as primeiras pretensões.

Embora muitos tivessem esta revelação como zombaria e artifício, também conseguiu prosélitos fervorosos que a serviram abnegadamente. Um deles foi D. António de Meneses que – segundo D. João de Castro – conseguira, nos princípios do ano de 1589, pelo crédito que tinha na Corte de França, armar alguns navios de mercadorias com destino à Mina de Portugal, que passariam pela «costa do Jalofo», onde, pensavam, pela interpretação de muitas profecias, que estaria D. Sebastião. No verão do mesmo ano, depois de chegar à Costa da Mina, D. António de Meneses morre, vítima de febre. Santos Pais, outro nobre, natural de Beja, embarcou para Lisboa para «levar a nova» e consultar a religiosa da Anunciada, que «tinha pello mundo tanta opinião de Santidade, e de Dom de profeção»²⁹, já condenada a quando da chegada a Lisboa...

A morte de D. António de Meneses marca o início de uma época de redobrado sofrimento: separado dos poucos portugueses que ficaram em Paris, vai passar «pelo mar largo dos trabalhos, miserias e desabrigo»³⁰. Lamenta-se da hipocrisia parisiense onde só o dinheiro dava honras e valor, e, como nunca, sente que o único bálsamo para todo aquele sofrimento e humilhação: era a «maravilha D'El Rey Dom Sebastiam», o mais «goloso conduto» dos seus trabalhos³¹.

Só o amor à pátria – faceta marcante da vida e obra de D. João de Castro, que se manifesta no empenho e ardor com que se envolve nos assuntos que julgava de interesse nacional -, poderia justificar um novo envolvimento na causa de D. António – passando por cima de orgulhos e preconceitos, e sujeitando-se a alguma reacção intempestiva do Prior do Crato –, no ano de 1593. Continuava a acreditar, profundamente, que era D. Sebastião o conquistador do mundo de que falavam as profecias, no entanto, receando que se pudesse enganar na interpretação que delas fazia – pois ainda não tinha a certeza de que todas aquelas lucubrações fossem obra divina – «aa mor cautella, por me não ter somente ao que cuydava: não deixei de fazer por muytas vezes

naturaes, e estrangeiros: escrevendoa eu a Nantes ao Padre Frey Estevam; a Roma e Inglaterra, posto que a tiveram por zombaria, e artificio. D. João de CASTRO, *Tratado dos Portugueses de...*, ed. cit., 469 v.

²⁹ D. João de CASTRO, *Tratado dos Portugueses de...*, ed. cit., 471 v.

³⁰ «Passei grandes miserias, grandes fomes, grandes frios, que hos ha ca mortaes; e finalmente a falta de tudo. Conforme a este estado da fortuna, respondiam os desprezos a pouca conta, a estima e a valia da pessoa: que he o que mais sente, quem tem algũa honrra, saber, e opinião» – D. João de CASTRO, *Tratado dos Portugueses de...*, ed. cit., 479 r.

³¹ D. João de CASTRO, *Tratado dos Portugueses de...*, ed. cit., 482 V.

algü serviço a Portugal, no que intentei, e trabalhei por sua liberdade»³². Confessa-nos, no entanto, paradoxalmente, que nunca deixou de ter a certeza de que aquela empreza não teria qualquer efeito – eram apenas esporádicos «serviços a Portugal». É possível, no entanto, que ainda tivesse uma ténue esperança naquele projecto: é nessa altura que manifesta a D. António, «parecendolhe que lhe serviria isto de aguilhão», a convicção de que D. Sebastião estava vivo³³. O pretendente, depois de lhe responder «que não sabia como podia ser... enterrou de todo o caso»³⁴, e os portugueses que lhe eram próximos «zombavam altamente disso»³⁵. Imaginamos como teria sido a recepção ao fervoroso sebastianista...

Depois da morte de D. António³⁶, D. João de Castro consagra-se de uma forma irrestrito a esta esperança. Em 1596, sentindo que os portugueses, que tinham ficado em Paris, desanimavam, e «tratavam de se reduzir a El Rey de Castella», convocou cinco deles³⁷ – em honra das cinco chagas que Portugal tem por armas – , na sexta-feira da Quaresma, «assegurandoos da restauração de Portugal, e das venturas que lhe tinha Deos aparelhadas»³⁸. No *Tratado dos Portugueses de Veneza* faz questão de citar a exposição que fizera, não entendendo a jocosidade com que foi recebida.

«Pera que Vossas Merçes se animem, e vejam o que podem esperar: lhes digo isto. Eu tambem sou Portugues (...), da mesma fortuna, desventurado, pobre e pequenino como todos sabem, e vem. E todavia tem me Deos escolhido de sua infinita misericordia, pera se servir de mim: como tambem tem eleyto a outros da mesma naçam pera muyto mayores venturas. E porque nam cuydem que vay de baixo disto algü engano: far lhes hei dous juramentos. O primeiro he: Que eu lhes juro pollo Deos em que creo (...) que me não trocarei hoje com a ventura que me Deos tem prometida; pollo mayor Príncipe que ha na França, nem pollo mayor Senhor de Portugal, ou de qualquer outro reyno. Trocara bem o estado presente: mas não a ventura que espero. Nam, porque os taes senhores, allem de seus grandes Estados, nam lhes possa Deos ter prometidas venturas muyto mayores sem comparaçam, que a minha. Mas, porque das suas não sei: e da minha tenho algüa certeza: a qual não trocarei pollo Estado de nenhü delles.

³² D. João de CASTRO, *Tratado dos Portugueses de...*, ed. cit., 502 v.

³³ D. João de CASTRO, *Discurso da vida...*, ed. cit., 48 v.

³⁴ D. João de CASTRO, *Discurso da vida...*, ed. cit., 49 r.

³⁵ D. João de CASTRO, *Tratado dos Portugueses de...*, ed. cit., 502 v.

³⁶ O Prior do Crato morreu em Paris a 26 de Agosto de 1595.

³⁷ O Padre Frey Estevão, António Fernandes Pinheiro, António Dias, Rodrigo Marques, João Vaz Alcoforado.

³⁸ D. João de CASTRO, *Discurso da vida...*, ed. cit., 52 r.

E se o mesmo me dissesse hoje: que elle me queria fazer tam grande como cada hũ dos nomeados, pollas esperanças que tenho, dessa maneira que as tenho: aa Ventura de me poder enganar dellas, e ficar sem nada. Mas com condiçam, que dandome qualquer Estado por ellas: nam me ha de dar a Ventura que eu espero, em caso que ma tenha prometido. O mesmo juramento faço; que lhe responderia, que não queria: indaque viesse tudo a ficar em vento, por me elle não ter prometido o que cuydo, e espero»³⁹.

Embora fosse cauteloso, e nunca nomeasse o nome de D. Sebastião – por entender que não era o momento exacto para o fazer –, as suas palavras foram mal interpretadas e, uma vez mais, alvo de zombaria⁴⁰... Pior seria se lhes tivesse revelado que das suas congeminações resultara claro que o escondido monarca português appareceria no ano de 1598⁴¹... Apesar de tudo, é esta convicção que, inquebrantável, continua a difundir, enviando missivas⁴², e escrevendo, no ano de 1597, «pera lançar a luz», a sua primeira obra, o tratado *Da quinta e última monarchia*⁴³.

Embora as profecias não se concretizassem, D. João de Castro não quebranta. É com este estado de espirito que recebe, no ano de 1599, uma carta de Veneza, de António de Brito Pimentel noticiando a chegada àquela cidade de um homem que dizia ser o esperado D. Sebastião, informação mais tarde confirmada por outra de Luís Pantaleão Pessoa. D. João de Castro - ainda que as novas confirmassem as suas expectativas – não acreditou que fosse aquele o D. Sebastião, mas apenas um precursor do verdadeiro rei português. No entanto, desde que recebe a notícia do preso de Veneza, protagoniza um complexo processo diplomático: durante o ano de 1599 e início de 1600 viaja por Inglaterra e Países-Baixos desdobrando-se em contactos e angariando influências que pudessem viabilizar a libertação do cativo⁴⁴. A partir de Julho de 1600, estando já na cidade dos Doges, depois de ter recolhido informações fidedignas, convence-se, de que, afinal, era aquele o verdadeiro rei Dom Sebastião. De uma forma ainda mais frenética - pois tinha a certeza de que da

³⁹ D. João de CASTRO, *Tratado dos Portugueses...* ed. cit., 532 v.-534 v.

⁴⁰ «Passado este acto, succederam tempos muy desesperados pera nos: teque começou o anno de 1598. o qual tinha dado dô Joã a muitos por termo do apparecimento d'El Rey Dom Sebastiam: pello alcançar assi das profecias» – Cf. D. João de CASTRO, *Discurso da vida...*, ed. cit., 52 v.

⁴¹ «E porque nũm tratado que compus no verão de 1597. mostro por profecias antigas e modernas ser El Rey Dom Sebastiam vivo: e que avia de apparecer no de 1598. Com as principaes emprezas pera que o Deus trás: a elle remeto quãndo o imprimir, já que não pude ate o presente. Polla qual causa não me deterei em o referir». – D. João de CASTRO, *Discurso da vida...*, ed. cit., 123 v.

⁴² Uma delas teve como destinatário Fr. Agostinho da Trindade, Catedrático de Teologia da Universidade de Coimbra – D. João de CASTRO, *Discurso da vida...*, ed. cit., 52 r.

⁴³ D. João de CASTRO, *De quinta et ultima Monarchia futura, rebusque admirandis nostri temporis.*, B.N.L., Cód. 4371.

⁴⁴ D. João de CASTRO, *Discurso da Vida...*, ed. cit., 56v.-57r.

sua acção dependia a libertação do pobre monarca e o desimpedimento do predestinado futuro glorioso de Portugal – multiplica os seus esforços para reunir forças e congeminar, com Frei Estevão e Frei Crisóstomo, – dois portugueses que, desde início se envolveram na empreitada – o melhor processo para levar a bom termo a sua pretensão. Para além de cometer uma autêntica maratona diplomática – enviando correspondência para a corte de França e Inglaterra, para portugueses influentes, fazendo sucessivos pedidos de audiência... –, tinha uma inquietação acrescida: encorajar e manter animado, através de cartas assíduas, o rei preso, esquecido e injustiçado. É um dado, este último, que revela um sortilégio mais para manter o prisioneiro na fê em si próprio, ao mesmo tempo que nos desvenda as formas e os métodos de que os seus apoiantes se serviam...

Os seus esforços, no entanto, eram constantemente obstados, como nos diz, pelas forças do «Maligno» que se serviam, não só das forças de Castela, mas também – e, por isso, parece ser maior a indignação – de alguns portugueses. Na opinião de D. João de Castro era o diabo que constantemente usava Frei Estevão para «embargar a liberdade d’El Rey». Acusa-o de ser, desde o início do processo, «ambicioso e invejoso» porque, pensando que os sinais que levava de Portugal fossem suficientes para libertar o preso, não viera a Paris juntar-se a ele por não querer que outros participassem no que pensava realizar. Considera, por essas e outras razões, que o frade português, «mostrando pouca constancia»⁴⁵, tinha cometido alguns erros estratégicos que, por pouco, não levaram a libertação do preso de Veneza ao fracasso, e «a obra de Deos e a resurreição de Portugal»⁴⁶ à destruição.

Depois de um processo labiríntico – resultante de dificuldades de vária ordem: audiências perdidas, audiências infrutíferas, audiências negadas⁴⁷ –, no dia 15 de Dezembro, pelas dez ou onze da noite, o preso foi libertado. D. João de Castro recebe a notícia por Rodrigues Marques e Pantalhão Pessoa. Entendem, depois de uma excitada conversa, que, por razões de sigilo, seria bom trazer o «Rei» para a pousada onde dormia D. João de Castro: «e assi forão os dous por elle: ficandoa Dom Ioam e Diogo Manoel aparelhãdoa». Imaginamos o estado de espírito do fervoroso sebastianista: depois de tantas peripécias, tantos revezes, tantas contrariedades, assistir à libertação de D. Sebastião em quem profundamente acreditava e pelo qual, como referiu, estava disposto a gastar esta e mais mil vidas que tivesse... Conta que o receberam, entre a uma e as duas da manhã, com «alvorço e acatamento divino».

⁴⁵ D. João de CASTRO, *Discurso da Vida ...*, ed. cit., 53 r.

⁴⁶ D. João de CASTRO, *Discurso da Vida...*, ed. cit., 58 r.

⁴⁷ «... vendo que não se tratava a nossa causa pedimos a terceira audiência por conselho dos mesmos amigos: determinando Dom Ioam de fazer a falla: a qual nos foy negada» – D. João de CASTRO, *Discurso da Vida...*, ed. cit., 83 r.

Ele próprio relata o que viu e sentiu:

«Posto ao fogo, esteveo Dom Joam vëdo muyto de vagar, pollo ter muito suspenso a grande mudança que tinha feita: e certificado lançoouse aos seus pes reconhecendo ho pello seu verdadeiro Rey e senhor, como testimunha então de vista (...) Começousenos mostrar todo pera confirmar que era o verdadeiro Rey Dom Sebastiam, quem elle dizia ser. Mostrou a ferida da cabeça que recebera em Africa: tomâdo as maõs a algüens e fazendoa apalpar. Mostrou o dente quixalmenos: mostrou as pernas, os braços, ate se assentar de goelhos metendo hũa chinella de baxo dü delles pera mostrar como era mais curto de hũa parte.»

A circunstância lucífuga – recorde-se que D. João de Castro, por ser alta noite, nem conseguiu diferenciar a cor do cabelo, da barba, e dos olhos – e as duvidosas características do preso parecem-nos que, em situações normais, seriam razões suficientes para se pôr em causa a identidade do rei putativo. Mas D. João de Castro era um espírito subjugado pela ansiedade, pela fé que construíra, pela esperança que alimentara... Todos os indícios que podessem embargar essa «verdade» eram insignificantes para quem queria acreditar⁴⁸. Até a clara dificuldade em falar português, foi, ao contrário do que seria de esperar, um sinal decisivo de que aquele personagem era, verdadeiramente, o rei português... De facto, «os crentes contentavam-se com o inverso do que a razão

48 «He de meam estatura, nem pequeno nem grande: largo das espadoas com quanto sayo magrissimo da prisão, e da sua abstinência, que não tinha senão a pelle sobre os ossos. O cabelo da cabeça tinha talamavez crecido, muyto macio: negro ou castanho escuro como o da barba: que por ser de noite não o pude differençar. Não tem o rosto muyto cheo de cabelo: e esse era hũ pouco cortado. A barba era pequena e pouca: e pequenos bigodes. Não tem a ferrosura de rosto que tinha, tam corado e branco. E assi nos dizia a ambos, quando ficou so: Que he da minha brancura? pondo a mão no rosto. Tem a testa grande, não tam carrancuda como dantes, por falta de carne: mas aquelle lugar das sobrançellas hũ pouco alevantado. Sobre a direita se me figurou que lhe vira hũa resgadura. Os olhos por ser de noite não sei de que cor sam, polla não poder notar: nem pequenos nem grandes, tamalavez metidos, muy alegres e vivos, que pareciam estrellas. As maçãs das faças levantados: parecendo ho mais por sua magreza: a qual se deve sempre respeitar nas outras partes. O nariz comprido, um pouco afilado. Boca meãa; os beiços delgados, cogeito no de baxo emxergãdose muyto melhor nelle, e começando a falar. Sayo da prisão muyto surdo de ambos os ouvidos: mas mais de hũ que doutro. Mostrou hũ dente quixal menos na banda de baxo da parte direita. Curto da cinta para cima: e mais comprido da parte direita, braço e perna, que da esquerda: mas de maneira que o não afea: as pernas arcadas: o pe muyto pequeno com o peito muy alevantado: em tanto que nem Dom Joam nem Diogo Manoel: nem hũ seu criado Frances por nome Aloe, lhe puderam calçar os sapatos: ate que elle por si os calçou. No dedo Meminho do pe direito tem hũa grande verruga. Tem mais hũ sinal grande nas costas, que outros viram. Padece o seu fluxo, mas não tanto como quando mancebo: nem que o façã impotente para gerar, como algüs maos espalham. Tem mais outro sinal secretissimo muy marcado. Avia muytos annos que não fallara portugues se não naquella noite: postoque o começou escrever da prisão! não fallando cõ nos todos outra cousa: algüas pallavras muy bem pronunciadas, ainda daquellas que os estrangeiros não podem pronunciar: e outras corrutas. Mas no modo da pronunção, logo julgaram por natural portugues.» – D. João de CASTRO, *Discurso da vida...*, ed. cit., 93 r.- 94 r.; Cfr D. João de CASTRO, *Remonstrança feita...*, ed. cit., 44 r.

demandava»⁴⁹. É de salientar, no entanto, tendo em conta toda esta predisposição psítica e emocional, a descrição sincera e fidedigna...

Depois da visão do «rei», é acesa a discussão acerca do processo pelo qual o levariam, da forma mais discreta possível⁵⁰ – de tal forma sentiam o peso da responsabilidade... Todo o grupo concordou com o parecer de D. João de Castro:

«... elle não via outro melhor que irse El Rey embarcar a Livorne pera passar em Poença de França: visto como o Gram Duque era Francês de coração, favorecendo sempre o partido d'El Rey de França, poronde cayra em desgraça cõ de Hespanha: e tinha então casada com elle sua sobrinha, lianças novas tam grandes, pera poder seguramente passar pello seu Estado... E que para fazer este caminho lhe deviamos buscar hũ estrangeiro fidelissimo que o salvasse: não indo nenhũ de nos com elle, por sermos todos muy conhecidos e remarcados naquella terra dos espioens: e que se se podesse achar hũ frade da mesma fidelidade estrangeiro, de quem o fiassem seria muyto melhor: porque o levaria tambem em habito de frade de convento em convento...⁵¹».

Frei Estevão e Frei Crisóstomo são responsabilizados pela execução do planificado e, por incúria e irresponsabilidade dos religiosos, na versão de D. João de Castro, tudo é condenado ao fracasso... O alvo das críticas é, de novo, Frei Estevão, por ter entregue, propositadamente, o «bem supremo, e ventura já mais vista» a Frei Crisóstomo, «não prestando pera nada, sem entendimento pera hũ tal negócio. Confessa que «entrou em desconfiança de todo delles: parecendolhe que o tinhã roubado». No dia 29 de Dezembro parte para Florença, onde se encontrava «D. Sebastião», de novo e definitivamente, preso. Assim como outros portugueses, depois de algum tempo na capital da Toscana, vendo malogrados os seus esforços, sente que era conveniente dispersar, receoso, com certeza, pela própria vida⁵².

Ao contrário do que tudo faria prever, tendo em conta as excelentes relações da Casa dos Médicis com o Rei de França, no mês de Abril de 1601 o

⁴⁹ J. Lúcio de AZEVEDO, *A Evolução...*, ed. cit., 38.

⁵⁰ Segundo Pero Roiz Soares, aquando da congeminção do plano para a fuga do Rei, muitas pessoas rondavam a porta da estalagem, entre as quais estaria o embaixador de Castela – Pero Roiz SOARES, *Memorial*, Coimbra, 1953, 369.

⁵¹ D. João de CASTRO, *Discurso da Vida...*, ed. cit., 97 v.

⁵² «Não tẽdo nós que fazer em Florença: vimos que convinha aa justificação d'El Rey e ao seu remedio, dividirmonos pellos Reys e Principes da Christandade, pera diante delles testemunharmos a verdade...» – D. João de CASTRO, *Discurso da Vida...*, ed. cit., 116 r.; No *Tratado Apologetico* diz mais: a «Senhoria» de Florença teria dado ordem de saída a D. Cristovão e a outros portugueses – Cf. D. João de CASTRO, *Tratado Apologetico*, ed. cit., 127 r.; No *Memorial* conta-se que todos os que directa ou indirectamente se envolveram nesta causa do dito D. Sebastião foram perseguidos e castigados – «...e o mesmo puzerão outros editos contra outros do mesmo bando e contra os que estiverão em veneza com elle» – Pero Roiz SOARES, *Memorial*, ed. cit., 371.

grão-duque entrega o preso ao governador espanhol de Orbitello, que o remeteu para Nápoles.

No momento em que D. João de Castro escreve o *Discurso*⁵³, o «rei» está preso num castelo daquela cidade⁵⁴, e ao longo desta obra, nomeadamente nas páginas derradeiras, é visível um D. João de Castro revoltado, magoado por ver o rei de Portugal humilhado e em sofrimento, em consequência de uma astuciosa maquinação política que agora só poderia combater com a sua própria pena. O objectivo da obra é, depois de rememorar a vida do rei desaparecido, evidenciar as razões divinas – profecias, revelações e milagres –, e humanas – a confirmação dos sinais corporais do preso – que os destinatários tinham para acreditar e esperar nas venturas prometidas. «Cheas estas as profecias do que himos vendo, e acabaremos dever: não sendo por outrem que por El Rey Dom Sebastiam. Busquem o mundo todo e revolvano: que nem entre os mortos nem vivos, ou vindouros, se achará quem elas convenham, senão somente a elle.»⁵⁵

São compreensíveis as dúvidas que o nobre português manifesta aos «tres estados do Reyno de Portugal»:

«... se El Rey de castella tem o preso por impostor e calabrês, porque tanto que o teve em seu poder o mandou levar ao mais longe de seus Reynos de Europa, seis centas legoas de Portugal, e não a esse Reyno pondo-ho nos olhos de todos pera desengano de Vossas Mercês, justificação sua com a Christandade e quietação de seu Estado? (...) Por que até quy não tê mādado desse reyno vinte ou trinta personagens ao irem recõhecer por verdadeiro ou por falso?»⁵⁶

É em Nápoles que o Vice Rei, definitivamente, demolirá a fraude. Marco Túlio Catizone, que disse ter encarnado o falso D. Sebastião depois de ter sido várias vezes confundido com o rei português por soldados italianos que tinham estado em Alcácer Quibir, foi condenado a galés perpétuas em 1602, embarcado para Espanha, e preso em Sanlúcar de Barrameda, perto de Sevilha.

Apesar de tudo, no espírito de D. João de Castro ressalta alguma serenidade: pela compreensão que tinha das profecias, era clara a evidência de que o Rey seguia as pisadas da paixão de Cristo e por isso, também ele haveria de ressuscitar do desespero e da fortuna em que caíra.

⁵³ O Grão-duque de Florença entregou o preso de Veneza, em Abril de 1601, ao Rei de Espanha, que o prendeu em Nápoles. O *Discurso* teria sido escrito depois de Março de 1602, pois o autor refere: «E todavia ha dez mezes e mais que o tê em Napoies...» – D. João de CASTRO, *Discurso da vida...*, ed. cit., 119 r.

⁵⁴ «Foy levado El Rey Dõ Sebastiam a Napoies, e metido nũ castello: aonde hoje está tratado como homem particular, preso dentro de hũa camara...» – D. João de CASTRO, *Discurso da Vida...*, ed. cit., 118v - 119 r.

⁵⁵ D. João de CASTRO, *Discurso da Vida...*, ed. cit., 128 v.

⁵⁶ D. João de CASTRO, *Discurso da Vida...*, ed. cit., 119 r.

É com este estado de alma que vai escrever e publicar a *Paráfrase*, iniciada a 4 de Junho de 1603⁵⁷, e a *Remonstrança*⁵⁸ dirigida ao Conselho Privado de Henrique IV, tudo ao serviço da «Verdade», e em defesa da causa que serviria até ao fim da sua vida...

«Quando El Rey Dom Sebastiam Nosso Senhor esta no fundo de todas as miserias: lançado em galles pera sempre: feyto nellas escarneo e opprobrio dos homens: em poder de seu inimigo com todo o seu Estado: mudado de galle em galle te o meterem no castello de sam Lucar: desemparado de braço humano: tam desconfiado da vida nos juizos dos hommês, como de sua salvação, ou ainda de seu estabelecimento: sem tirar alguns poucos que com os auxillios particulares do Alto, e ainda das prophcias ... o esperam ver livre no seu Reyno e no cume da bemaventurança que se delle annuncia. Quando enfim El Rey de Castella quer çegar o mundo todo invalidando os testemunhos Divinos e humanos, fazendo de huns patranhas, e falcissimos os outros: e quer fazer crente e firme a todos, que o verdadeiro Rey Dom Sebastiam foy morto na batalha de África. E que o que tem em seu poder nam he senam hum Impostor, por mais que seja reconhecido pello verdadeiro. Neste tempo me ponho a mostrar pellas visoes de Bandarra, como nam morreo em berberia: como se salvou e he vivo: os acontecimentos de suas fortunas: e que ha de sair de seu cativoiro e infimo estado pera o mais da gloria do mundo»⁵⁹.

Poucos meses depois, em Setembro de 1603, o pretense Rei D. Sebastião, respondeu ao seu último processo, recebeu uma morte particularmente macabra: depois de enforcado, foi-lhe cortada a mão direita, e arrastado pelas ruas da cidade. Estas notícias, em vez de danificam a crença de D. João de Castro, vinham confirmar o que estava, abundantemente, profetizado. Como prova disso, no ano seguinte, iniciará a feitura de *Aurora* – obra que nos parece fulcral dentro de toda a sua produção manuscrita⁶⁰ –, uma extensa coleção de profecias minuciosamente comentadas, com o capital propósito de demonstrar que os acontecimentos de Samlúcar de Barrameda não

⁵⁷ D. João de CASTRO, *Paraphrase e concordancia de algũas Propheçias de Bandarra, çapateiro de Trancoso*, 1603, Edição facsimile, Porto, 1901, pp 5 v.

⁵⁸ "Escrevi isto no anno de seis çentos e tres" – cfr., D. João de CASTRO, *Remonstrança feyta de novo aos illustrissimos Senhores do Conselho d'Estado e Privado del Rey Christianissimo; em suscitaçam da causa, e dos aconteçimentos admiraveis do Serenissimo Rey de Portugal Dom Sebastiam, primeiro do nome*, B.N.L., Cód. 4389., 78 v.

⁵⁹ D. João de CASTRO, *Paraphrase...*, ed. cit., 29v.-30v.

⁶⁰ O «Tratado Geral das Profecias», tão frequentemente referido na *Paraphrase*, é, com certeza, o *Tratado Da quinta e ultima monarchia futura* composto no Verão de 1587 – *A Aurora* foi iniciada um ano depois de escrita a *Paraphrase*: «Hoje sete de Outubro de Mil, e seisçentos e quatro nesta çidade de Paris, dou a primeira pennada neste Tratado da Aurora, annunçio do Sol...» – D. João de CASTRO, *Aurora*, B.N.L., Cód. 4373-75 ; a fulcralidade da *Aurora* no conjunto da obra de D. João de Castro, resulta não só da sua extensão, mas também do facto de, na sua feitura, o autor parafrasear, ou extrair partes de várias obras anteriormente escritas...:

passavam de um estratagema político, uma simulação da morte do monarca português, uma segunda morte, esperada, porque copiosamente profetizada. «Se os homens nam creram que era morto, e nam o tiveram por esse: nam podia o tal ser El Rey Dom Sebastiam»⁶¹. O rei português, de facto, está «no papo da Aguia de Hespanha», num cárcere tenebroso, consumido pela fome e pela sede, «donde a Misericordia Infinita do Senhor tem determinado (se ja o nam tem feyto) de o livrar miraculosamente, como das mais prisoens vergonhosas...»⁶²

A parte inicial da obra impressiona pela clareza e pela graça:

«Quem ha, a quem a Manhaam em começando de romper, nam alegre todos os espiritos, indaque nam amanheça de todo? Ou qual he o dia, por mais fermoso que seja, que nam tenha sua manhaam? tam graciosa muytas vezes, como aparece depois em sua fermosura. Costuma romper a Alva primeiro, de claridade em claridade, ate naçer o sol com os rayos emnevoados, pareçendo que nam pode abrir os olhos como dorminhoco! Depois desempeçandoos das nuvens, e resplandecendo em sua força pello universo; nam ha ja quem se lembre da manhaam, com a fermosura do dia. E com muyta razam: porque nam tem entre si nenhuã comparaçam, pois elle he o porque se espera, e o que enche os desejos dos Mortaes: e ella nam he que hũa Alvorada que lhes da do comprimento, e chegada delles.

Contudo quem podera negar a alegria que a Aurora tras quando começa, e a graça que tudo recebe com ella? Vese desaparecer a escuridam pouco a pouco! As sombras parece que fogem: o medonho vayse fazendo bem assombrado. Começase de mostrar cada cousa por si: aparece a tapeçaria da Natureza: as flores dam vista de si com tam lindo caram como he o da mesma madrugada: finalmente tudo se descobre alegre, e risonho. Mas a que proposito isto? Ao do titulo, que nam doutra maneira se ha neste pequeno livrinho⁶³: senam quando nam sera a claridade da Aurora, ou Manhaam, tam clara que se veja bem a fermosura das felicidades, ate sair o sol desejado, com que ellas iram apareçendo, e alegando. Entre tanto assi como ao amanheçer nam he a claridade como depois que creçe: nem se vem logo as diferenças dos valles, e das serras: as dos ornamentos do arvoredo: as das boninas em suas cores, graças, e beldades: mas apareçendo tudo envolto em sombras, como quando dizemos: Inda nam he bem manhaam. Da mesma maneira he esta Alvorada antes da saida desse Sol Encuberto, El Rey Dom Sebastiam Nosso Senhor: com a qual nam ira logo cada hü differençando a sua ventura, como o fara em alto dia; nem ainda emxergara de todo a universal, pareçendolhe quasi tudo sombras em lugar

⁶¹ D. João de CASTRO, *Aurora*, ed. cit., 9 v.

⁶² D. João de CASTRO, *Aurora*, ed. cit., 10 r.- 10 v.

⁶³ Ao contrário do que esta expressão possa dar a entender, a *Aurora* é uma obra extensa – o manuscrito teve inicialmente 1441 páginas seguidas de uma longa «lavoada». D. João de Castro, anos mais tarde, extraiu-lhe alguns capítulos.

de cousas. Mas depois, sera tal a beleza do dia, e tam luminoso o resplendor das bemaventuranças profetizadas; que nam pareçera nada esta Aurora junto dellas: nem avera quem saiba tirar os olhos dellas pera ella, de transportado da gloria de seu tempo, e da immensidam da felicidade, que todos, passados e por vir, comprehendera.

Dirmeam que melhor lhe chamara Sepultura, e Luto, ou Masmorra, e Noyte Escura, por convir mais cada significaçam destas aa fortuna Del Rey; quer segundo a opiniam geral que se delle tem, crendose que foy morto por justiça quer ao menos, segundo a que eu delle tenho e sostenho, como he delle ser vivo, mas sumido e sepultado nalgum tenebroso, e secretissimo carçere. No que tiveram muita razam, se eu ouvera tomado esta empreza com os olhos do mundo, como sam os com que mo elles dizem. Mas como nam vejo nem vi nunca esta maravilha com os da carne, nem como obra de homens, mas com os interiores, e como obra do Altissimo: no segredo, e mysterios da qual partio mais comigo <no presente> que com nenhum: nam me <da> do poder humano que mostrou tudo quanto pode em fazer crente ser El Rey nam somente morto, mas justificado:»⁶⁴

Vê, portanto, a condenação de Marco Túlio Catizone como um estratagema através do qual o Conselho de Espanha fez crer ao mundo que o dito «D. Sebastião» era um calabrês, impostor, que recebeu a merecida justiça, «o que pegou de maneira na opiniam dos homens – diz-nos o autor da *Aurora* –, que tam impossivel he hoje dissuadilos que o nam mataram, e persuadirilhes que he vivo»⁶⁵. Neste Rei, propositadamente humilhado aos olhos do mundo, sofrendo todas as atribulações, indignidades e misérias, Deus, «Infinito Cirurgião» fará uma «estupenda anatomia (...) nam somente pera o tornar aos seus paços, e aa sua Coroa Real: mas pera o vir a collocar no mais alto throno do mundo, fazendoho sol delle, e tazendoho pera vir a castigar ao seu proprio Senhor, e a todos os Senhores da terra.»⁶⁶

Quem se proclama é o D. Sebastião Imperador, cabeça do Quinto Império, que, depois daquela efêmera tribulação, aparecerá e protagonizará, com o auxilio da Santa Liga⁶⁷, a conquista do mundo e a restauração do verdadeiro Sumo Pontífice...

⁶⁴ D. João de CASTRO, *Aurora*, ed. cit., 1 v. - 4 r.

⁶⁵ D. João de CASTRO, *Aurora*, ed. cit., 6 v.

⁶⁶ D. João de CASTRO, *Aurora*, ed. cit., 7r; «O que quiser ver brevemente o medonho flagelo que Deos tem aparelhado nestes tempos contra todos os Sarracenos, e Infeis, pellos da Igreja Latina: lea a nossa Quinta Monarquia...» D. João de CASTRO, *Aurora*, ed. cit., 178 r.

⁶⁷ Um dos Reis que formará a Santa Liga é o Preste João «que de certo, segundo profeçias, fara entam maravilhas nas partes da sua conquista, do mar Roxo, e Orientaes» – D. João de CASTRO, *Aurora*, ed. cit., 224 r. - 224 v.

É na *Aurora* que D. João de Castro dá - em íntima relação com os eventos - uma configuração definitiva ao mito. Na interpretação que faz do passado, presente e futuro, D. Sebastião tem um lugar predestinado. Os acontecimentos e circunstâncias, tornam-se símbolos de uma lógica divina, cumprindo, assim, a sua função de convencer, justificar e, sobretudo, dar coerência sobrenatural a factos soltos.⁶⁸

O fundamento primeiro desta convicção é a predilecção divina pelo povo português, o reservado futuro glorioso determinado em Ourique e ainda por cumprir... A apresentação integral e o comentário do «juramento de D. Afonso Henriques» - matriz usada frequentemente em outras obras suas - pretendem rememorar as «promessas do Senhor neste juramento, e em tantos milhares de profecias, sobre a diuturnidade de tantas bem aventuranças, com que nos quer a nos os Portugueses estremar»⁶⁹. A serenidade vêm-lhe da certeza de estar a testemunhar e colaborar numa obra divina há muito indiciada na palavra de Deus e ratificada por ele em diversas profecias antigas e modernas, possíveis de ler com «os olhos do espírito»⁷⁰.

São muitos os textos - quase todos escoras seculares do sentimento messiânico - que dão forma ao filão que alimenta a «religião» profética e sebastianista. Em primeiro plano vem a Sagrada Escritura cujas profecias «figuram» personagens e acontecimentos da história de Portugal - «escudrinhem as Escrituras os entendidos, e acharam nellas hum mar magno de segredos presentes e por vir»⁷¹. Ao longo do exercício exegético vai também relevando o seu «Evangelho Português» pressagiado por «algũas concordias» entre os reis do Testamento Velho, e o rei D. Afonso Henriques e D. Sebastião - os reis do Testamento Novo⁷² -, um esquema joaquimita cujas raízes facilmente identificamos...⁷³

⁶⁸ Recordemos a leitura que o autor da *Aurora* faz da biografia pessoal e nacional - os acontecimentos bons e maus não são mais que a concretização do plano divino...

⁶⁹ D. João de CASTRO, *Aurora*, ed. cit., 77 r.

⁷⁰ «...segundo conjecturas dalgũas profecias, parece que entre este Setembro e Outubro presentes, deve o Omnipotente fazer esta sua maravilha, esperada e sospirada de poucos» - D. João de CASTRO, *Aurora*, ed. cit., 5 v.

⁷¹ D. João de CASTRO, *Aurora*, ed. cit., 234 v.

⁷² «Contudo devem sempre advertir que se nam ha de esperar nas concordias a mesma ordem das cousas, nem todos os casos dellas: mas somente aquellas, e da maneira que se compadeçem...» - D. João de CASTRO, *Aurora*, ed. cit., 211 v. - 212 r.

⁷³ D. João de Castro insere D. Sebastião dentro do esquema joaquimita, testemunhando bem os «ecos do Joaquinismo» em Portugal. A este respeito cfr. José Adriano de Freitas CARVALHO, *Joachim de Flore au Portugal: XIIIème - XVIème Siècles. Un Itinéraire Possible* in « Il Profetismo Gioachimita tra Quattrocento e Cinquecento » (« Atti del III Congresso Inter. di Studi Gioachimiti », S. Giovanni in Fiore, 17-21 settembre 1989) Genova, 1991, 415, 432.

O prenunciado pelas «Profecias Sagradas» foi sendo lembrado pelos profetas «da Ley da Graça»⁷⁴. Entre estes asseveradores da vontade divina, D. João de Castro dá particular importância aos textos de Joaquim de Flora, à coleção de profecias de Telésforo de Cosenza⁷⁵ – que, refere, «nam teve dom de profheçia; mas foi hum santo hermitam, o qual por sua virtude, e grande zelo, mereço ter hũa revelaçam de Deos, pella qual escudrinhou, e ajuntou grande soma de Propheçias, interpretandoas conforme as entendeo»⁷⁶ –, aos oráculos das sibilas, ao livro de Cirilo – abade do monte Carmelo –, às profecias de Santo Isidoro de Sevilha e às de «Merlim»⁷⁷, e às revelações dos Santos medievais como S. Metódio e Santa Brígida⁷⁸...

Tem, no entanto – não só na *Aurora*, mas em todas as obras de feição profética – uma fonte privilegiada: um vidente português, quase contemporâneo, um pobre sapateiro que, tocado pela força do Espírito, escreveu umas Trovas que concordam «melodiosamente» com as profecias bíblicas.

«Chamavase Gonçalle Anez, dalcunha, Bandarra, Çapateiro de correa, natural de Trancoso: do qual se diz falleçer no anno de mil e quinhentos e sessenta: e profetizar isto que vulgarmente corre, no de quarenta. A quem Deos, que nada se despreza de piquenos, escolheo, dandolhe dom de profheçia, comque profetizou a conquista da Casa Sancta, e de toda a terra: a universal promulgaçam do Evangelho por toda ella: o triumpho universal da Christandade

⁷⁴ D. João de CASTRO, *Aurora*, ed. cit., 187 r.

⁷⁵ O «Tratado das grandes tribulações, e do estado da Igreja, que Theolosforo heremita de Cusençia dirigio no anno de mil e trezentos e seis ao Duque de Genova» é uma obra frequentemente citada – Cf. D. João de CASTRO, *Aurora*, ed. cit., 187 v.; Diz-nos também que este livro foi «reformado e impresso por frei Silvestre Menço de Castillione, professor em Theologia. impresso digo no anno de Mil e quinhentos e dezasscis» – Cf. D. João de CASTRO, *Aurora*, ed. cit., 211 r.; Segundo as investigações de Paola Guerrini, na edição do *Libellus*, feita em Veneza em 1516, já é nítido uma transformação substancial do conteúdo e da forma do texto original. Os responsáveis procuram não só aplicar as profecias aos acontecimentos em curso, como trabalhar as ilustrações que acompanhavam o texto – cfr. Paola GUERRINI, *Propaganda Política...*, ed. cit., 7; 45.

⁷⁶ D. João de CASTRO, *Aurora*, ed. cit., 189 v.

⁷⁷ «... recopilaremos alguns vatiçinnios do antiquissimo Merlim, natural de Inglaterra, assi como os refere Theolosforo de Cusençia no seu livro das grandes tribulaçoens, e Estado da Igreja: sendo o volume donde isto tiramos, impresso em Senaçidade de Italia, no anno de Mil, e quinhentos e oito. O qual foy ordenado, e augmentado pello Mestre em Theologia. Frey Silvestre de Castiglione, da Ordem de Santo Agostinho: sendo ja dantes por Frei Rusticano alterado. Polla qual causa estam as cousas de maneira dispostas nelle, que muytas vezes se nam pode discernir qual dos Authores he o que falla; nem o que he interpretativo, ou vatiçinado» – D. João de CASTRO, *Aurora*, ed. cit., 532r.-532v.

⁷⁸ Na opinião de Aníbal Pinto de Castro muitos dos santos medievais são «mais ou menos imaginários, como S. Metódio (que supõe bispo de Tire, mas que não é visivelmente o evangelizador dos Eslavos) ...» – cfr. D. João de CASTRO, *Discurso da vida...*, ed. cit., 11.

de todos inimigos da Igreja: prometendo a El Rey Dom Sebastiam e ao seu Reyno de Portugal a melhor parte (...) E aindaque muytos outros profetizaram o mesmo: nenhü fallou tam claro, tam copioso em El Rey e Reyno de Portugal, como elle: cabendolhe, parece, como Portugues, mayor revelaçam tambem das ditas venturas»⁷⁹.

D. João de Castro usa este vasto espólio de textos proféticos – que não serviram só, a partir de 1587, para depreciar e desacreditar as pretensões e a acção de D. António, como também para congregar os ânimos portugueses contra o domínio filipino – como um instrumento de leitura dos traumas pessoais e políticos. Conhecer e estudar as suas abordagens proféticas parece-nos uma forma privilegiada para compreendermos a época e o contexto em que viveu. A reelaboração exegética levada a cabo, que, no fundo, põe em confronto os presságios – autenticadores da vontade de Deus – com os acontecimentos em curso – efémeros e paradoxais com o futuro imperial do Rei português –, serve de consolação a determinado grupo social, e, em nossa opinião, manifesta um compromisso com a realidade que, daquela forma, veicularia com mais eficácia. Este contraste entre o profetizado e o vivido tem, portanto, racional ou irracionalmente, claras inferências políticas... Com uma grande consciência dos deveres para com a Pátria, uma maior fé na vinda do rei natural, o autor de *Aurora* labora uma doutrina coesa que cria a quimera e alimenta o imaginário mobilizador dos membros de um Portugal órfão...

Muitas vezes a profecia - como bem demonstram, entre outros, os trabalhos de Majorite Reeves e Roberto Rusconi,⁸⁰ – não é mais que um «artifício» para se revelarem esperanças e temores em relação ao futuro. expressarem sentimentos e juízos sobre situações presentes, reflectirem reacções perante acontecimentos históricos, políticos e religiosos concretos.

Na mesma linha Ottavia Niccoli⁸¹ e Paola Guerrini⁸², conseguem patentear a relação entre os acontecimentos e a circulação de profecias e gravuras. A primeira, por exemplo, analisando de uma forma atenta as profecias em verso e a sua circulação em manuscritos e folhas volantes, na Itália dos fins do século XV e primeiras décadas do século XVI⁸³, mostra que funcionavam,

⁷⁹ D. João de CASTRO, *Paraphrase ...*, ed. cit., 2 v.

⁸⁰ Majorie REEVES, *The Influence of Prophecy in the Later Middle Ages*, Oxford, 1969; Roberto RUSCONI, *L'Aressa della Fine. Crisi della Società. Profetia ed Apocalisse in Italia al Tempo del Grande Scisma d'Occidente (1378-1417)*, Roma, 1979.

⁸¹ Ottavia NICCOLI, *Profeti e Popolo nell' Italia del Rinascimento*, Bari, 1987.

⁸² Paola Guerrini dá um relevo especial às «profecias figuradas» que se particularizam pelo aparato iconográfico. Cf. Paola GUERRINI, *Propaganda Politica e Profetie Figurate nel Tardo Medioevo*, Napoli, 1997.

⁸³ Sensivelmente a partir de 1530 diminui o interesse e a aceitação da literatura profética, principalmente pelo clima contra-reformista que se foi instaurando – Cf. Ottavia NICCOLI, *Profeti e Popolo...*, ed. cit., 10.

normalmente, como um meio de veicular, de uma forma encuberta, «propaganda política». O «profetismo» é visto como um instrumento de vulgarização ideológica, como um corpus textual que – em centros como Florença e Veneza, que se tornaram grandes núcleos desta literatura, com os quais, saliente-se, D. João de Castro contactou - fazia parte do «armamentario del potere»⁸⁴.

Por permitirem diversas leituras em diferentes situações, as predições poderiam servir qualquer cenário político sem ser necessário modificá-las⁸⁵. A trova popular, dentro deste género, pela sua simplicidade e naturalidade, era o veículo privilegiado de medos e anseios. Normalmente com uma linguagem ambígua e metafórica, e uma extraordinária disponibilidade para se movimentar por diversos estratos sociais, funcionava como uma caixa de ressonância de aspectos psico-sociais e políticos.

D. João de Castro, como os profetas que lhe servem de fonte, não olha para o passado, a sua utopia dirige-se para um futuro, e é um compromisso com uma realidade que se quer transformar... Nesta como em outras situações de rotura e de crise apareceram soluções ousadas, talvez mais quiméricas que racionais, no entanto, apetece-nos dizer, citando Marjorie Reeves, «A prophet foretells the future: he can also create it»⁸⁶.

João C. Gonçalves Serafim

Abstract:

Everything indicates that D. João de Castro was the first one to establish the basis for myth of D. Sebastião. Disenchanted with D. António and his pretensions to the throne of Portugal in the year of 1580, D. João made use of a vast collection of old and new prophecies to support the belief in the return of King D. Sebastião, who disappeared at the Battle of Alcácer-Quibir. With this he discredited D. António's aspirations but also rejected the Castilian pretensions to the Portuguese throne. It is interesting to notice that what started as a simple political strategy soon became a strong faith in the myth of D. Sebastião's return. Like in many other similar situations, prophecies tend to be used for propagandist purposes: they became the basis for a "Sebastian ideology", which turn out to be a strong fundament for the resistance cause.

⁸⁴ Ottavia NICCOLI, *Profeti e Popolo...*, ed. cit., 8.

⁸⁵ D. João de Castro, em alguns casos, sugere pequenas modificações, noutras apresenta leituras profundamente subjectivas, sempre na tentativa de melhor se adaptarem às situações particulares...

⁸⁶ Majorie REEVES, *The Influence of Prophecy...*, ed. cit., 135.